

DIREITO HOJE

Diplomacia de estadista

Bruno Terra Dias

opinio@hojeemdia.com.br

Diplomacia e estadista, vocábulos que caminham juntos. Diplomacia é predicado do estadista, arte de negociar soluções, nacional e internacionalmente, à busca do bem público. Essa a perspectiva própria para o momento em que se procede a escolha dos destinos da Nação. O período eleitoral exige atenção a essa qualidade. Não se trata de imposição tão só política, mas de imperativo ditado pela Constituição de 1988, que disciplinou relações institucionais e fixou parâmetros indeclináveis, que exigem muito mais que administradores.

As relações sociais, políticas, institucionais e econômicas suscitam sensibilidades que o puro administrador, guiado por fórmulas preconcebidas de atuação, não identificará. A questão indígena, minorias políticas, violências contra crianças, mulheres e

idosos, déficit habitacional, reforma agrária, regularização fundiária, compromissos de investimentos em saúde, educação e segurança, dinamização das soluções judiciais de conflitos, tensões e cooperação internacionais, investimentos e migração de capitais, atuação de empresas estatais, greves, política industrial, royalties da mineração, recursos hídricos, geração de energia limpa, sua transmissão e distribuição, segurança alimentar, políticas de emprego e redistribuição de renda são apenas alguns temas com que lidam governadores e presidente.

A diversidade temática, entretanto, não está à discrição do mandatário. A Constituição fixa parâmetros de decisão e atuação, fora dos quais o exercício do poder será havido como ilegítimo e, mesmo, ímprobo.

Assim, os fundamentos do Estado Democrático de Direito (soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e



da livre iniciativa, o pluralismo político); a independência e harmonia entre os Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário); os objetivos fundamentais da constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem discriminações de qualquer natureza; os princípios das relações internacionais da independência, dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre estados, defesa da paz e da solução pacífica de conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, colaboração entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político.

Os condicionantes não são poucos e podem até conflitar. Quais candidatos mostram-se à altura do desafio?

Juiz de Direito, ex-presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis)